

ENTRE A EMERGÊNCIA, A SUBMERSÃO E O SILÊNCIO: LGBT COMO CATEGORIA DE PESQUISA EM GESTÃO

MAURÍCIO DONAVAN RODRIGUES PANIZA
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS DE SÃO PAULO (FGV-EAESP)
mauriciopaniza@hotmail.com

ENTRE A EMERGÊNCIA, A SUBMERSÃO E O SILÊNCIO: LGBT COMO CATEGORIA DE PESQUISA EM GESTÃO

1 INTRODUÇÃO

O objetivo deste artigo é responder ao seguinte questionamento: como pensar a adoção da categoria LGBT (abreviatura da sigla lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais) nos estudos em gestão? O interesse por responder a esse questionamento surgiu por conta da percepção de que é necessário construir um desvelamento das lógicas de funcionamento que estão em jogo quando se realiza uma apropriação e aglutinação de grupos sociais tão distintos. De forma mais específica, o questionamento é: será que pode-se tratar sob o mesmo prisma categorias identitárias tão distintas? Há que se fazer uma análise crítica dessa apreensão.

Cabe ressaltar o sentido que se dá à análise crítica que norteia o trabalho. Não se entende nesta pesquisa que o caráter crítico está vinculado apenas a uma tradição teórica exclusiva, como a Teoria Crítica ou ao materialismo histórico-dialético, mas como “um amplo conjunto de abordagens teóricas que possam ajudar a compreender o caráter opressivo da administração e sugerir diferentes caminhos” (Alcadipani, 2005, p. 211). Fournier e Grey (2000, p. 179) também coadunam dessa perspectiva ao afirmarem que *“there is no unitary ‘critical’ position mean that there is no single way of demarcating the critical from the non-critical”*. A posição crítica aqui está em debater as possibilidades na pesquisa em gestão para uma adoção teoricamente consciente das diferenças que estão obscuras sob o jogo da linguagem quando a categoria LGBT é utilizada.

Quanto à construção teórica realizada para problematizar LGBT enquanto categoria, parte-se de Scott (1986, p. 1053) para entender que há uma “gramática social” construída historicamente em torno da sigla. Entender os LGBTs como sigla unificada parece assumir que essa sigla compreende grupos de sujeitos estáveis e que vivenciam o mundo de forma uníssona. No entanto, conforme Butler (1998, p. 13), “afirmar que a política exige um sujeito estável é afirmar que não pode haver oposição política a essa afirmação”.

Nos estudos brasileiros, afirma-se que, embora se pretenda construir um campo de pesquisas relacionados aos LGBTs, a agenda de pesquisa, no entanto, é majoritariamente destinada às pesquisas sobre gays (Carrieri, Souza, & Aguiar, 2014). Mesmo quando considerados todos os públicos, Carrieri, Souza e Aguiar (2014, p. 80) chamam a atenção para o fato de que LGBT “não é um grupo homogêneo”. Neste contexto, cabe o questionamento: até que ponto faz sentido unificar a categoria LGBT em um pensamento totalizante desses grupos?

Repensar o posicionamento da sigla LGBT nos estudos críticos em gestão implica no questionamento, a partir do que caracterizam Fournier e Grey (2000) no campo crítico: (1) do quanto a sigla acaba assumindo uma feição que é apenas performativa, porque discursa sobre igualdade e inclusão, mas na prática só inclui o que já está incluído – a parcela de gays e lésbicas enquadrados no padrão normativo do que é masculino e feminino; (2) do quanto é preciso desnaturalizar as imagens estáveis do que é ser L, G, B ou T no mundo do trabalho, considerando que o campo da gestão pouco sabe sobre o que está além de parte do L e do G, e principalmente do que está fora do LGBT e (3) a reflexão do que está em jogo quando a sigla LGBT é utilizada como categoria ‘neutra’, desconsiderando as relações de poder que entremeiam sua constituição. Para construção do trabalho, adota-se o conceito de contingência das identidades de Judith Butler, para debater um levantamento da literatura nacional em Administração sobre grupos LGBTs.

O levantamento de literatura nacional em Administração sobre LGBTs foi realizado na base de dados SPELL, que congrega os periódicos científicos brasileiros de Administração, a partir dos termos LGBT, GLBT, gay(s), lésbica(s), bissexual(ais), travesti(s), transexual(ais).

Haja vista a pluralidade de termos da busca e o uso de um mecanismo digital de localização, há a possibilidade de que talvez nem todos artigos tenham sido identificados, no entanto, pode-se afirmar que a maioria das pesquisas publicadas em Administração foi encontrada no levantamento.

Para isso, o trabalho estrutura-se em outros quatro tópicos, além desta Introdução. No segundo há uma versão histórica sobre a constituição dos grupos LGBT no Brasil, apoiada principalmente nos escritos de Regina Facchini. No terceiro discute-se a sigla LGBT como categoria unificadora, a partir do pensamento da filósofa Judith Butler e dos educadores Maria Rita César, André Duarte e Jamil Sierra. No quarto apresenta-se o levantamento da produção nacional em Administração sobre LGBTs, identificando os eixos temáticos presentes. No quinto estão a Discussão e as Considerações Finais do trabalho.

2 CONSTRUINDO UM SENTIDO HISTÓRICO PARA O USO DA SIGLA LGBT NO BRASIL

A história do movimento LGBT é a história da apropriação e da disputa coletiva de sentido (...) O olhar retrospectivo mostra que essa trajetória tem trazido efeitos positivos para a vida dos sujeitos que visa beneficiar e que, apesar de todos os conflitos e desgastes no processo político cotidiano, debates importantes têm sido travados mesmo dentro do movimento. Nessa trajetória, passou-se de homossexuais, uma comunidade imaginada como separada e oprimida por uma sociedade descrita muitas vezes como mundo heterossexual, para um conjunto complexo de sujeitos políticos que procuram lidar com essa pluralidade e se afirmar como sujeitos de direitos. (Facchini, 2012, p. 151)

A constituição do que viria a ser chamado a partir da década de 2000 de grupos LGBT tem uma história que, no Brasil, inicia-se na década de 1970, com a organização do movimento gay. A opção por priorizar o contexto brasileiro nesse histórico se dá pelo fato de que, embora haja outros trabalhos em contexto internacional que abordem a história dos movimentos gay, lésbicas, travestis e transexuais, há que se considerar que tais trabalhos estão contextualizados em um cenário cultural, histórico e social específico. Desta forma, compreende-se que as narrativas sobre o que são, como se construíram e o que significam as distintas identidades LGBTs não podem ser separadas do caráter fragmentário e contingente desses sujeitos bem como de seus posicionamentos históricos e sociais (Jennings, 2004).

No Brasil, a história do que se viria a constituir como movimento LGBT, começa com a organização dos gays no final da década de 1970, a partir da articulação de resistência à repressão da Ditadura Militar, operando como uma espécie de movimento de contracultura. Assim, do ponto de vista histórico, conforme argumentam Facchini e França (2009), a homossexualidade enquanto categoria, além de ser um construto recente na sociedade ocidental, estava vinculada ao corpus das ciências médicas, que passaram a designar a sexualidade homossexual como doença.

As autoras explicam que o primeiro movimento gay organizado foi constituído em 1978, o grupo Somos. Do ponto de vista político e ideológico, compunha-se por um pensamento de esquerda, impulsionado pelos movimentos feministas e negro, também em expansão na época. É neste grupo, inicialmente frequentado apenas por gays, que em 1981, quando as lésbicas passam então a frequentá-lo que se constitui o Grupo Lésbico Feminista separado. (Facchini & França, 2009). Sobre o contexto de surgimento e reivindicações desses grupos gays nos anos 1970 e início dos anos 1980:

Outros grupos surgiram nesse período, e frases como “o movimento homossexual é revolucionário e não apenas reformista!” marcavam a ênfase do momento, em que se formularam muitas das principais demandas trazidas pelo movimento até hoje: luta contra a violência e a discriminação voltadas para homossexuais, pelo “casamento homossexual”, pelo tratamento digno na mídia, por educação sexual nas escolas e contra a patologização de homossexuais. (Facchini & França, 2009, p. 59)

Quanto à posição geográfica, os grupos estavam concentrados inicialmente no eixo São Paulo – Rio de Janeiro, no entanto, na década de 1980 essa concentração se desloca para o eixo Rio de Janeiro – Nordeste. Nestes grupos nordestinos em que se destaca o Grupo Gay da Bahia, fundado por Luiz Mott, a tática de ação é deslocada do desejo inicial de transformação social para uma atividade mais “pragmática, voltada para garantia dos direitos civis e contra a discriminação e a violência dirigida aos homossexuais” (Facchini & França, 2009, p. 60).

Também na década de 1980, as autoras registram o deslocamento da resistência dos grupos gays, porque com a adoção de intervenções sociais mais pragmáticas e a interação com os movimentos em contexto internacional, os movimentos passam a necessitar de ambientes organizados, com itens como escritório, telefone, organogramas. Por isso, as autoras argumentam que nesse momento os grupos já não são resistentes às instituições como eram anteriormente, no período da Ditadura Militar (Facchini & França, 2009).

No entanto, os movimentos que lutavam pelos grupos gays tiveram sua consolidação ameaçada em meados da década de 1980 por conta da descoberta da AIDS e do desconhecimento científico inicial do assunto, que atribuía à doença o status de ser uma doença gay (Facchini & França, 2009). No entanto, apesar deste contratempo, em 1985 a homossexualidade deixa de ser considerada doença pelo Conselho Federal de Medicina do Brasil. Em contexto norte-americano, a orientação sexual homossexual já não era tida como doença pela *American Psychology Association* desde 1970. (Mott, 2006)

Na década de 1990 há uma ascensão na quantidade de grupos existentes, diversificando as organizações e reivindicações. É com essa expansão e diversificação da atuação que as relações entre esses grupos LGBT que existiam e começaram a existir passou a ser mais estreita com partidos políticos, como PT e PSTU, bem como com outros atores sociais. Embora as autoras nesse momento histórico já utilizem a sigla LGBT, reconhecem que foi só a partir dos anos 2000 que a sigla ganha representatividade nas políticas públicas e pautas governamentais. (Facchini & França, 2009).

Com a diversificação da pauta, a inclusão de outros atores sociais na discussão como a imprensa, agências de governo nos mais variados campos disciplinares como Saúde e Direito, as organizações do movimento LGBT passam a competir entre si, disputando por espaços, recursos, legitimidade, e conseqüentemente, com a reivindicação dos seus sujeitos políticos de direito. (Facchini & França, 2009). A partir do que explicam as autoras, pode-se entender que essas organizações passam por um processo semelhante a uma ‘empresarialização’ do movimento LGBT conforme demonstra o trecho a seguir, que explica os modelos de gestão adotados pelo movimento LGBT no Brasil na década de 1990 e que “favoreceram a formação de alianças e tensões”, com:

[...] criação de estruturas formais de organização interna; elaboração de projetos de trabalho em busca de financiamentos; necessidade de apresentação de resultados; necessidade de expressar claramente objetivos e objetos de intervenção ou de reivindicação de direitos; profissionalização de militantes; maior capacidade e necessidade de comunicação e dependência de estruturas como sede, telefone, endereço eletrônico, computador; necessidade de integrar os militantes em um discurso pragmático; adoção de técnicas de dinâmica de grupo em reuniões e atividades; preocupação em ter quadros preparados para estabelecerem relações com a mídia, parlamentares, técnicos de agências governamentais e associações internacionais. (Facchini & França, 2009, p. 62)

É no processo de reivindicações de sujeitos políticos de direito que se consolida no Brasil a ideias das identidades coletivas LGBT. É nesse momento, na década de 1990 em curso, que as siglas passam a se diversificar, conforme explicam Facchini & França (2009).

A partir da década de 1990, o movimento multiplica também as categorias de referência ao seu sujeito político. Assim, em 1993, ele aparece descrito como MGL (“movimento de gays e lésbicas”) e, após 1995, surge primeiramente como um movimento GLT (“gays, lésbicas e travestis”) e, posteriormente, a partir de 1999, começa a figurar também como um movimento GLBT – de “gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros”, passando pelas variantes GLTB ou LGBT, a partir de hierarquizações e estratégias de visibilização dos segmentos. Em 2005, o XII Encontro Brasileiro de Gays, Lésbicas e Transgêneros aprova o uso de GLBT, incluindo oficialmente o B de bissexuais à sigla aceita no país e convencionando que o T se refere a travestis, transexuais e transgêneros (Facchini & França, 2009, p. 62).

Facchini (2005) já explicara o percurso histórico da sigla, em que destaca-se uma análise que a pesquisadora faz relativa ao termo ‘lésbica’, que pode ser tomado como uma possível justificativa para a invisibilidade da categoria (Carrieri, Souza & Aguiar, 2014). Em pesquisa de campo realizada por Facchini (2005) no grupo Corsa, ela percebeu que as mulheres participantes resistiam à adoção do termo lésbica, preferindo se autodenominarem como “homossexuais” ou “entendidas”, alegando uma aceitação social mais favorável a esses termos. A pesquisadora encontrou textos científicos no período entre 1985 e 1995 em que se relatava essa resistência ao termo lésbica. Uma ação para combater tal ostracismo em relação à adoção da categoria lésbica foi a mudança da sigla GLBT para LGBT, na Conferência Nacional GLBT em 2008, trazendo as lésbicas ao início da sigla. (Facchini & França, 2009).

Embora tenha havido esses movimentos de incursões e inclusões na sigla, Facchini e França (2009) explicam que não há concordância e consonância em relação à estabilidade das ideias de sujeito político de direito. Como exemplo, as autoras citam as estratégias do mercado, ao adotar a categoria GLS (gays, lésbicas e simpatizantes), bem como da Saúde, ao adotar HSH (homens que fazem sexo com homens) e MSM (mulheres que fazem sexo com mulheres).

Quanto aos bissexuais, Facchini e França (2009) explanam que eles não desfrutaram de “reconhecimento efetivo como integrantes desse sujeito político”, no caso, LGBT. No interior dos movimentos, há uma imagem negativa da bissexualidade. Hayfield, Clark e Halliwell (2014) ilustram essa resistência no contexto britânico, mostrando que mulheres bissexuais se sentem incompreendidas tanto pelos segmentos LGBTs como pelos heterossexuais. A bissexualidade é compreendida nos mais diversos círculos sociais *“as a temporary phase on the path to a fully realized lesbian or heterosexual identity and bisexuals as immature, confused, greedy, untrustworthy, highly sexual and incapable of monogamy”* (Hayfield, Clark & Halliwell, 2014, p. 352)

Por fim, a Letra T que congrega transexuais e travestis e transgêneros foi uma tentativa de conciliar identidades que em determinados contextos podem ser consideradas opostas entre si. No fim da década de 1990, até utilizava-se o termo transgênero, no entanto, convencionou-se nos Encontros LGBT de meados dos anos 2000, que a palavra não era representativo da meio social brasileiro. (Facchini & França, 2009).

Reconhecendo a importância das conquistas sociais obtidas pelos movimentos LGBT nas últimas décadas a partir da constituição dos sujeitos coletivos de direito, Facchini (2012) sugere como caminho para a pesquisa em gêneros e sexualidades, que se considere o conceito de marcadores sociais da diferença. Tais marcadores incorporam não apenas as identidades sexuais e de gênero mas interseccionam questões geracionais, de classe, cor ou raça, indo ao encontro do que já defendera Scott (1986).

A compreensão dos marcadores sociais da diferença permitiria, portanto, a percepção das hierarquizações produtoras de “vulnerabilidades e de possibilidades de manejo de

convenções sociais” (Facchini, 2012, p. 145). Nesse sentido, a autora argumenta que há uma incompletude na compreensão dos mecanismos de opressão que operam sobre as pessoas LGBT apenas considerando a imagem estável, cristalizada e universalizante dessas identidades.

3 O QUE A SIGLA LGBT REPRESENTA? O QUE ELA EXCLUI? REFLEXÕES A PARTIR DO PENSAMENTO DE JUDITH BUTLER

A nova verdade do sexo, produzida por meio de novas técnicas de governo, engendra formas idealizadas de viver a sexualidade ao mesmo tempo em que visa administrar os corpos de crianças e jovens. (César, Duarte & Sierra, 2013, p. 197)

Judith Butler coloca em xeque a questão da universalidade do sujeito. Ela explica, porém, que o questionamento não representa a negação do sujeito mas a indagação do processo de construção desse sujeito e as implicações políticas de se considerar o sujeito como algo precedente à teoria. A autora questiona: “o esforço para colonizar e domesticar essas teorias sob uma única rubrica é uma simples recusa de conceder a especificidade dessas posições, uma desculpa para não ler, e não ler atentamente?” (Butler, 1998, p. 14). É nesse contexto que se torna atrativo problematizar a pretensa existência de uma universalidade abrangente no conceito LGBT.

O questionamento do projeto modernista expresso pela autora visa questionar as formas pelas quais se opera um mecanismo exclusivo que apaga aquilo que não está contido em um modelo, nessa noção de universal. Butler (1998, p. 16) afirma que “a tarefa é interrogar o que o movimento teórico que estabelece fundamentos autoriza e o que precisamente exclui ou priva de direitos”. A totalização de qualquer fenômeno social sob o signo do universal produz novas exclusões, afirma Butler (1998).

Porém, ao defender a ideia de que o universal não pode ser universal, a filósofa destaca que não está defendendo a inutilização das categorias que tentam compreender o mundo, mas defender a contingência, a abertura e a inclusão àquilo que futuramente se reivindique de ser incluído.

Com efeito, de minha posição e de qualquer perspectiva historicamente restringida, qualquer conceito totalizador do universal impedirá, em vez de autorizar, as reivindicações não antecipadas e inantecipáveis que serão feitas sob o signo do “universal”. Nesse sentido, não estou me desfazendo da categoria, mas tentando aliviá-la de seu peso fundamentalista, a fim de apresentá-la como um lugar de disputa política permanente. (Butler, 1998, p. 17)

Ao compor e pressupor um sujeito, Butler (1998, p. 22) afirma que “se recusa a reconhecer que a capacidade de agir é sempre uma prerrogativa política”. Por isso, a autora argumenta que é preciso se perguntar quais condições tornam a ação possível, e de que formas pode-se “retrabalhar a matriz de poder pela qual somos constituídos”. Para ilustrar o conceito de exclusão operado por meio de uma categoria, Butler toma por exemplo o movimento feminista. Como pode um conceito que visa a solidariedade produzir exclusão? É justamente essa a consequência do movimento universalizante realizado pelas categorias que ao tentar produzir o ‘nós’, acaba produzindo o ‘nós menos alguns’.

Por mais que o movimento feminista tenha tentado historicamente produzir um “nós” feminista, conforme explica Butler (1998, p. 24) em seu exemplo, é recorrente o retorno de parcelas excluídas que acabam por abalar a pretensa ordem que o “nós” tentava estabelecer. Butler percebe a intenção do movimento feminista pretender falar por todas mulheres e a autora não questiona esse movimento, porque é “certamente o modo como a política representativa

funciona”. Ou seja, para que as mulheres tivessem alcançado avanços e conquistas legais, foi de fato necessário que se constituíssem grupos que fizessem os reclames em nomes de todas as mulheres, enquanto um grupo universal.

No entanto, Butler chama a atenção que é preciso fazer uma reflexão paralela sobre as consequências dessa utilização do feminino enquanto categoria universalizante, porque ao impor limites sobre por quem fala, o feminismo fragmenta-se a partir dos elementos descritivos que passam a ser considerados para definir o que pode ser contido dentro do movimento: é poder ser mãe numa lógica biológica ou social que representa a mulher? Mas as mulheres que não querem ser mães? As que não podem ser mães? De repente estão incluídas as mulheres brancas, mas como ficam as negras? Butler (1998, p. 24) explica as consequências da tentativa de universalização do feminino:

Eu diria que qualquer esforço para dar conteúdo universal ou específico à categoria mulheres, supondo-se que essa garantia de solidariedade é exigida de antemão, produzirá necessariamente facções e que a “identidade” como ponto de partida jamais se sustenta como base sólida de um movimento político feminista. As categorias de identidade nunca são meramente descritivas, mas sempre normativas e como tal, exclusivistas.

Ao trazer o exemplo do feminismo, Butler (1998, p. 25) explica que não está decretando a “morte da categoria”, mas trazer à luz que mulher é um conceito que não pode ser universalizado por meio de uma “identidade descritiva”. A autora defende assim que as categorias estejam propensas à “lugar de permanente abertura e ressignificação”. Cabe ressaltar que Butler não defende uma possível conciliação desses lugares de abertura, porque as discordâncias constituem o “fundamento infundado da teoria feminista”. Desconstruir o ideal universal do sujeito na categoria, portanto, é a possibilidade de libertação de ontologias restritivas, de um único referente, permitindo a ampliação da possibilidade e “capacidade de agir”.

O exemplo de Butler sobre os riscos de produzir exclusão por meio da operação universalizante de uma categoria podem ser estendidos aos LGBTs (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais). A operação de exclusão com a tentativa de universalizar a categoria LGBT pode ser compreendida por meio da pesquisa de César, Duarte e Sierra (2013), que analisa a categoria LGBT sob a ótica das políticas públicas de Estado no campo da Educação.

Com referencial foucaultiano, mesma raiz filosófica do pensamento de Judith Butler, os autores realizam um percurso histórico pelas reivindicações do constituído movimento LGBT sob o qual foram conquistados direitos civis, como a união civil homossexual. O retorno às primeiras movimentações do movimento social brasileiro LGBT, capitaneado pelos homossexuais no fim da década de 1980, mostra a necessidade de combater a AIDS, pressionando o Estado para que interviesse no contexto com políticas públicas de saúde. César, Duarte e Sierra (2013, p. 194) explicam que esse momento foi “o embrião daquilo que mais tarde, se tornará uma relação marcadamente pacificada entre o Estado brasileiro e aqueles movimentos sociais”.

A continuidade histórica das relações entre o movimento gay e Estado apontada pelos autores dialoga com as ideias de identidade contingente de Butler, pois como refletiu a autora, a criação de uma identidade abrangente comum para o grupo foi estratégica para que fosse possível obter do Estado intervenções que garantissem acesso desses públicos até então marginalizados a conquistas e direitos antes negados, como o direito à união civil. (César, Duarte & Sierra, 2013)

A consolidação do movimento homossexual foi acompanhada pela repartição das reivindicações a partir do ingresso de outros grupos identitários com necessidades específicas, aí sim consolidando o movimento LGBT a partir da década de 1990, com as lésbicas, gays, bissexuais e travestis. César, Duarte e Sierra (2013) destacam a importância desses movimentos

enquanto fonte de escuta do Estado para criação de políticas públicas, no entanto, alertam para as possíveis consequências dessa relação colaborativa. E é nessas consequências que residem o campo para reflexão da categoria LGBT com Butler.

Ao se “aliarem” ao Estado no sentido de obterem dele direitos tidos como necessários a determinados grupos LGBT, possibilita-se a criação e manutenção de uma relação pacificada com o Estado, subvertendo a proposta inicial de transformação da ordem social, contida nos embriões do movimento homossexual em meados da década de 1980. César, Duarte e Sierra (2013, p. 195) explicam que a ideia da identificação de um sujeito de direito, embora reconheça-se a legitimidade desses direitos, “está associada à produção de novos mecanismos de controle e regulação dos corpos, modos de vida, práticas sexuais e sociais”. Nessa perspectiva, a reflexão dos autores permite inferir que cria-se uma espécie de ‘LGBT pacificado’, circunscrito à uma margem de tolerância da cultura heteronormativa que permanece ao centro.

Se, por um lado, a governamentalização representa enormes ganhos sociais por parte da população LGBT, por outro lado a perda é política, no sentido de que se perde a capacidade de análise e denúncia crítica dos campos e relações de força que produzem a norma e as separações entre normalidade e anormalidade. (César, Duarte & Sierra, 2013, p. 196)

Assim, a criação de uma identidade comum representativa de gays e lésbicas para implementação de políticas públicas, cria, na perspectiva dos autores, o gay e a lésbica ‘normais’. Travestis e transexuais são incluídas(os) nos protocolos médicos sob a ótica patológica, tendo sua sexualidade adequada por meio de intervenções para redesignação sexual. E assim se cria uma espécie ideal identitária estável de LGBT, à margem, mas tolerado pelo centro heteronormativo, porque não ameaça sua estabilidade (César, Duarte & Sierra, 2012).

No presente, mulheres, gays, lésbicas, bissexuais, transexuais, travestis, transgêneros e intersex constituem-se como grupos estabelecidos em razão do compartilhamento da ideia de identidade, entendida como essência comum, destino biológico ou direcionamento do desejo. (César, Duarte & Sierra, 2013, p. 196).

Os autores problematizam essa pretensa universalidade do que eles chamam de “sujeitos da diversidade sexual”, agora inspirados pelo pensamento de Butler, porque a criação desses sujeitos LGBT nas políticas públicas normaliza essas categorias, mas continua avessa àquilo ou àqueles que porventura não se enquadrem em nenhuma dessas descrições categóricas embutidas em cada letra. (César, Duarte & Sierra, 2013, p. 197). Como exemplo dessa normalização na educação, os autores destacam os conteúdos referentes às identidades sexuais e de gênero: “nos textos educacionais, essas identidades são exemplificadas por meio de características ou estereótipos que deverão ser questionados”.

Historicamente, houve uma movimentação anterior em relação aos gays e lésbicas para que esses fossem considerados “*normal, just like everyone else save for what was sometimes called their affectional preference, and deserved the same chance to succeed*”. É o que relata Renn (2010, p. 134) referente ao surgimento dos movimentos de gays e lésbicas no contexto das universidades americanas na década de 1980. No entanto, há também uma movimentação em torno da “normalização” das identidades trans e travestis, no entanto...

Se a presença de alunos e alunas homossexuais dentro da escola já representa grande incômodo, as experiências da travestilidade e da transexualidade se tornam insuportáveis do ponto de vista da instituição escolar, pois, diante de seus corpos transformados, a instituição não mais vê esperança de retorno à norma heterossexual. (César, Duarte & Sierra, 2013, p. 197).

Tomando o trecho citado anteriormente e o relato dos autores sobre as tentativas de normalização das identidades T sob a intervenção do Estado, pode-se reafirmar a institucionalização das intervenções cirúrgicas para adequação dos corpos trans às estéticas femininas ou masculinas. Em questionamento semelhante ao de Butler sobre as mulheres relacionando a ideia de maternidade, pode-se questionar: até que ponto toda transexual precisa readequar sua genitália? Toda trabalhadora trans precisa ter corpo semelhante ao da mulher cisgênero? Por quê? (César, Duarte & Sierra).

Novamente, cabe ressaltar conforme Butler (1997) e César, Duarte e Sierra (2013, p. 197) que não cabe a negação da importância dos espaços sociais e políticos conquistados historicamente pelos movimentos sociais LGBT. Mas questionar a “primazia ou exclusividade da ideia de sujeito de direito, em razão de sua conformação normalizadora”. Logo, refletir sobre as exclusões promovidas por conta da consideração de uma identidade estável, e também sobre a recusa àquilo que esteja fora da curva das políticas assentadas sob representações fixas da identidade LGBT.

4 COMO AS CATEGORIAS LGBTs SÃO TRATADAS NOS PERIÓDICOS BRASILEIROS EM ADMINISTRAÇÃO: A CONSTRUÇÃO DA DIFERENÇA?

Em que pese a pretensa universalidade expressa pela sigla LGBT, o corpus de artigos publicados em periódicos da Administração demonstra as diferenças no interior da sigla. A primeira diferença pode ser percebida na representatividade percebida por meio da constituição quantitativa que permeia cada categoria identitária da sigla, conforme demonstra o quadro a seguir. Cabe ressaltar que a consulta ao estrato no Qualis CAPES [quadriênio 2013-2016] dos periódicos participantes tem finalidade didática, pois hierarquizar o conhecimento produzido, classificando-o como melhor ou pior trata-se de uma prática modernista de fazer ciência, que prioriza alguns e exclui outros.

Quadro 1 – Panorama das pesquisas brasileiras sobre LGBTs em periódicos de Administração brasileiros:

Autores	Periódico	Qualis	Eixo Temático
<i>Lésbicas</i>			
Irigaray & Freitas (2011)	<i>Organizações & Sociedade</i>	A2	Violência
Souza Júnior <i>et al.</i> (2013)	<i>Pensamento & Realidade</i>	B3	Violência
Carrieri, Souza & Aguiar (2014)	<i>Revista de Administração Contemporânea</i>	A2	Violência
<i>Gays</i>			
Siqueira & Zaulli-Fellows (2006)	<i>GESTÃO.Org</i>	B2	Violência
Pereira, Ayrosa e Ojima (2006)	<i>Cadernos EBAPE</i>	A2	Consumo
Araújo, Pereira & Gomes (2010)	<i>Revista de Ciências Administrativas</i>	B2	Consumo
Garcia & Souza (2010)	<i>Revista de Administração Pública</i>	A2	Violência
Irigaray, Saraiva & Carrieri (2010)	<i>Revista de Administração Contemporânea</i>	A2	Violência
Silva & Leite (2010)	<i>Revista de Ciências Administrativas</i>	B2	Consumo

Tirelli (2011)	<i>Pensamento Contemporâneo em Administração</i>	B2	Consumo
Altaf & Troccoli (2012)	<i>Revista de Ciências Administrativas</i>	B2	Consumo
Altaf et al. (2012)	<i>Revista Eletrônica de Ciência Administrativa</i>	B1	Consumo
Azevedo, Martins & Farah (2012)	<i>Revista de Administração da UFSM</i>	B2	Consumo
Pereira & Ayrosa (2012a)	<i>Brazilian Administration Review</i>	A2	Consumo
Pereira & Ayrosa (2012b)	<i>Organizações & Sociedade</i>	A2	Consumo
Altaf, Troccoli & Moreira (2013)	<i>Revista de Administração UFSM</i>	B1	Consumo
Curzio, Altaf e Troccoli (2013)	<i>REUNA</i>	B3	Consumo
Diniz <i>et al.</i> (2013)	<i>Economia e Gestão</i>	B2	Violência
Silva <i>et al.</i> (2013)	<i>Revista ADM.MADE</i>	B2	Violência
Souza Júnior <i>et al.</i> (2013)	<i>Pensamento & Realidade</i>	B3	Violência
Souza & Pereira (2013)	<i>Revista de Administração Mackenzie</i>	B1	Violência
Eccel, Saraiva & Carrieri (2015)	<i>Pensamento Contemporâneo em Administração</i>	B2	Identidade Violência
Souza, Martins & Souza (2015)	<i>Gestão & Conexões</i>	B4	Violência
Colares & Saraiva (2016)	<i>Revista Alcance</i>	B2	Violência
Bissexuais			
Não há publicações.			
Travestis			
Muller & Knauth (2008)	<i>Cadernos EBAPE</i>	A2	Violência
Caproni Neto & Saraiva (2015)	<i>Teoria e Prática em Administração</i>	B2	Violência
Carrieri, Souza, & Aguiar. (2014)	<i>Revista de Administração Contemporânea</i>	A2	Violência
Transexuais			
Carrieri, Souza, & Aguiar. (2014)	<i>Revista de Administração Contemporânea</i>	A2	Violência

Fonte: construção do autor a partir da base de dados SPELL (2017).

Foram encontrados 25 artigos contemplando a temática LGBT. Neste contingente, três artigos abordam questões lésbicas, 21 abordam questões gays, três trabalhos abordam questões travestis e somente um compreende questões transexuais. Alguns trabalhos abordaram mais de uma categoria identitária, caso de Carrieri, Souza, & Aguiar (2014), que abordaram as lésbicas, travestis e transexuais e de Souza Júnior *et al.* (2013), que abordaram gays e lésbicas. A representatividade das pesquisas LGBT na Administração indica que o campo permanece, embora aberto a abordar questões de outras sexualidades diferentes da heterossexual, restrito

ao masculino, reforçando a ideia de dominação sobre o feminino, expresso pelas categorias lésbica, travesti e transexual.

Para cada artigo, foi atribuída uma característica consonante ao eixo temático principal. Tal atribuição foi necessária para que pudesse se desvelar a semântica trazida pelos trabalhos relativos à constituição dos LGBTs. Neste sentido, há dois eixos temáticos principais que são fios condutores dos resultados encontrados nas pesquisas empíricas relatadas nos artigos: consumo e violência.

Na perspectiva do consumo, distinguem-se duas abordagens, ambas oriundas do campo do Marketing: a primeira, de um ponto de vista dos negócios [mercado], homogeneiza os gays enquanto categoria demográfica com alta escolaridade e alto potencial de consumo (Silva & Leite, 2010; Altaf & Troccoli, 2012; Altaf et al., 2012; Curzio, Altaf e Troccoli, 2013; Silva et al. 2013). A outra abordagem implica na construção social das identidades gays por meio de consumo, considerando as características específicas de constituição identitária desses grupos estudados (Pereira, Ayrosa & Ojima, 2006, Pereira & Ayrosa, 2012a, Pereira & Ayrosa, 2012b).

Destaca-se como ponto interessante do ponto de vista do consumo e a construção social da identidade, que há um olhar histórico para a categoria “homossexual” reconhecendo-a como categoria não estável, e que intersecciona outras categorias da vida social: trabalho, idade, classe social, etc. Um dos trabalhos realizados junto a um grupo de gays percebeu que o mundo cultural dos gays está dividido entre o mundo gay e o mundo hétero. Há uma “pressão estética” sobre os gays para fazerem parte do mundo gay. Uma exclusão operada no eixo temático do consumo é que todas as pesquisas levantadas no campo se referem a experiências masculinas. (Pereira & Ayrosa, 2012a, Pereira & Ayrosa, 2012b, Pereira, Ayrosa & Ojima, 2006).

Quanto ao eixo temático da violência, ele pôde ser percebido em todas as categorias identitárias¹: tanto lésbicas, quanto gays, quanto travestis e transexuais. Em relação às lésbicas, a violência expressa-se por meio da imposição da matriz heterossexual binária de gênero, tendo em vista que elas vivenciam a violência imposta pelo padrão reprodutivo heterossexual. Muitas delas têm casamentos heterossexuais e filhos antes de se assumirem lésbicas. Além disso, são obrigadas a assumir um comportamento social tido como feminino - cabelos compridos, andar ‘feminina’ (Carrieri, Souza & Aguiar, 2014). Inclusive, Irigaray e Freitas (2011) refletem, a partir de um estudo empírico, que as lésbicas não compartilham dos mesmos espaços de expressão identitária dos gays, pois esses também têm atitudes que reproduzem a exclusão da mulher no espaço social.

No que diz respeito aos gays, as manifestações de violência nas pesquisas em Administração incorporam a invisibilidade, pois assumir-se homossexual no contexto do trabalho é um risco. Só “sobrevivem” no trabalho aqueles que se mantêm invisíveis. Quem se “assume” é maltratado, sofre piadas e pode ser demitido (Souza Jr et al. 2013). Aliás, o humor como instrumento de violência é um achado recorrente nas pesquisas levantadas, em que as violências por meio de piadas vêm de pessoas tanto heterossexuais quanto dos próprios gays e lésbicas (Garcia & Souza, 2010; Irigaray, Saraiva & Carrieri, 2010; Diniz et al. 2013). Outro estudo, um caso de ensino, traz como resultado que há empresa que até aceita que o trabalhador seja gay, desde que ele não aparente ser gay, afastando-se de qualquer vestimenta, conduta ou convivência com algum grupo que o caracterize como tal (Colares & Saraiva, 2016).

No que diz respeito à aparência, um dos artigos pioneiros do campo sobre identidade gay (Siqueira & Zaulli-Fellows, 2006) aborda justamente a questão da ‘saída do armário’ para a abordagem do tema, pois era preciso que as empresas se preparassem para lidar com a presença de trabalhadores gays e lésbicas nas empresas. Outro ponto recorrente nos artigos com gays é a hierarquização das identidades gays em que aqueles tidos como ‘machos’ discriminam e subalternizam as identidades gays tidas como ‘afeminadas’ (Eccel, Saraiva & Carrieri, 2015). Gays tidos como não afeminados discriminam e reproduzem a discriminação contra gays

afeminados. Ser afeminado, nesse contexto, é como se tal característica tornasse o gay como parte de uma identidade gay tida como ‘inferior’ (Souza & Pereira, 2013).

Embora a violência tenha sido recorrente entre as pesquisas com gays e lésbicas, as travestis e transexuais estão ainda numa posição mais subalterna na pesquisa em Administração. Uma possível justificativa para isso é que se trata de um grupo que ainda sequer conquistou o acesso pleno a direitos sociais básicos, como a saúde pública, conforme relata o trabalho de Muller e Knauth (2008), numa pesquisa da área da Saúde publicada em Administração. O trabalho formal também ainda é achado de pesquisa praticamente inexistente, porque conforme argumentam Caproni Neto e Saraiva (2015), a presença das travestis não é aceita tampouco tolerada nos espaços de trabalho formal, restando-lhes como uma das poucas alternativas profissionais a prostituição.

Sobre as travestis, Carrieri, Souza & Aguiar (2014) argumentam ainda que por não poderem esconder o que são no convívio social, com um corpo considerado anormal, as travestis estão mais propensas a sofrer violências, inclusive físicas, o que contribui para confirmar a dificuldade de acesso que elas têm ao mercado formal de trabalho. Entre as transexuais, a constituição da violência se dá por meio da reprodução do binarismo de gênero, ao se verem obrigadas a passar por procedimentos médicos e cirúrgicos para enquadrarem-se ao que é esteticamente e socialmente ‘adequado’ como corpo de mulher.

A partir deste breve panorama sobre as pesquisas sobre LGBTs publicadas em periódicos nacionais em Administração, foi possível perceber que, embora haja similaridades do ponto de vista de que todas essas categorias identitárias são alvos das violências, o que se justifica por se tratarem de categorias identitárias tidas como desviantes, demarcam-se as diferenças entre elas. É nessas diferenças, problematizadas a partir da analítica de Judith Butler, que estão as possibilidades para o ensino de gestão de se pensar a categoria LGBT como construto universal e unificado.

5 DISCUSSÃO E CONSIDERAÇÕES FINAIS: POSSIBILIDADES PARA O ENSINO DE GESTÃO

O panorama das pesquisas em periódicos científicos brasileiros em Administração permite questionar o quanto essas pesquisas ainda estão em um estágio de construção da ideia de sujeito político da diversidade, porque ainda não foi possível contemplar o amplo espectro das identidades LGBT, mesmo se elas fossem tomadas por categorias fixas. Quem dirá abarcar as outras identidades não contempladas nas descrições categóricas do que é gay, lésbica, travesti ou transexual. Ainda que se esteja debatendo um campo de pesquisas recente, emergente entre as décadas de 1980 e 1990, a SPELL é uma base de dados que contém hoje quase 40.000 documentos. Por que então há pouco mais de duas dezenas de pesquisas publicadas sobre LGBTs, sendo que desse contingente, a maior parcela tratava de gays? Tal contexto leva ao questionamento: até que ponto as pesquisas em gestão são guiadas pelo reconhecimento da existência dos Outros, ou melhor, dos Outros, das Outras e dos Outrxs?

Refletindo o levantamento de referencial LGBT à luz da teorização discutida no trabalho, talvez no campo brasileiro da gestão, ainda se esteja no momento histórico semelhante àqueles iniciais dos movimentos LGBTs de reivindicação de direitos no início da década de 1990, haja vista que, além da pouca representatividade das categorias identitárias, principalmente de bissexuais, travestis e transexuais, o eixo temático dominante das pesquisas publicadas está na violência, evidenciando que o ambiente de trabalho nas empresas é favorável sequer às lésbicas e gays ‘comportados’, os ‘normais’. Porém, mesmo que se considerasse o eixo temático do consumo, ele está circunscrito a uma parcela muito específica da sociedade de gays: em geral brancos e com alto nível de escolaridade.

Vale retornar aqui à reflexão dos elementos de Fournier e Grey (2000) para caracterizar um estudo crítico e que subsidiaram a elaboração deste trabalho. Primeiramente, quanto a adoção performativa das identidades LGBT, a ‘realidade’ encontrada das pesquisas parece demonstrar que o ambiente empresarial é hostil, mesmo aquilo que inicialmente se supunha que já estava incluído, ou seja, homens gays ou mulheres lésbicas cisgênero, sem trejeitos. Aliás, a hostilidade no ambiente de trabalho é reproduzida pelos próprios gays e lésbicas. Travestis e transexuais então, se não acessam serviços de saúde pública, também tem portas fechadas para acessar o trabalho nas empresas.

Quanto à desnaturalização, mais uma vez cabe refletir: como desnaturalizar a pretensa universalização dos sujeitos LGBT se sequer a própria construção categórica ‘universal’ da sigla está marginal nos debates acadêmicos em Administração? Por fim, no aspecto reflexivo, sustenta-se ainda assim que é preciso pensar nas particularidades da sigla e naquilo que está entre e para além do que é difundido como sendo uma identidade LGBT. Ou seja, compreender que existem múltiplas identidades possíveis para além dos limites impostos do que pode ser lésbica, gay, bissexual, travesti ou transexual. Mas a questão central é que, para a Administração brasileira poder considerar o sujeito situado fora das categorias, parecem ser necessárias mais pesquisas sobre sujeitos LGBT, sem desconsiderar o espectro de identidades possíveis nesse escopo.

Cabe ainda retornar às metáforas para caracterizar as identidades no título do artigo. Pensando na emergência, os gays permitem essa analogia haja vista que são a categoria mais representativa no levantamento realizado e que contemplaram os dois eixos temáticos identificados: de consumo e de violência. Quanto à submersão, estão as lésbicas, cuja sub-representação nas pesquisas é dupla, porque além da orientação sexual, também se dá por serem mulheres. O silêncio atribuído às identidades travestis e transexuais cabe a analogia porque, embora já comecem a ser pesquisadas na Administração brasileira, são as(os) que estão mais marginalizadas(os) da gestão e do trabalho nas empresas.

O contexto encontrado reforça a responsabilidade das escolas de gestão em promover um ensino de Administração que contemple não apenas a inclusão e aceitação das identidades LGBTs nas empresas, mas contemple todo tipo de diferença. O desafio é evidente, posto que mesmo no mundo tido como “desenvolvido” – aspas de ironia colonizada - “*LGBT people remain a marginalized, stigmatized, and unequally protected segment of the population in the United States and around the world*”. (Gedro, 2010, p. 352).

REFERÊNCIAS

Alcadipani, R. (2005). Réplica: a singularização do plural. *Revista de Administração Contemporânea*, 9(1).

Altaf, J., & Troccoli, I. (2012). Luxo sou eu: as marcas famosas e o consumidor homossexual. *Revista Ciências Administrativas*, 18(2).

Altaf, J. G., Troccoli, I. R., Paschoalino, C. B., & Luqueze, M. A. (2012). Luxury Clothing: A Mirror Of Gay Consumers Sexual Option?. *Revista Eletrônica de Ciência Administrativa*, 11(1).

Altaf, J. G., Troccoli, I. R., & Moreira, M. B. (2013). Você é o que você veste? A associação da auto identidade do gay masculino ao vestuário de luxo. *Revista de Administração da UFSM*, 6(4).

- Araújo, R., Alexandre, M., Pereira, I., & Gomes, F. (2010). Comportamento dos consumidores heterossexuais e homossexuais masculinos: Um estudo comparativo em Shopping Center. *Revista Ciências Administrativas*, 16(1).
- Azevedo, M. S., Martins, C. B., Pizzinatto, N. K., & Farah, O. E. (2012). Segmentação no setor turístico: o turista LGBT de São Paulo. *Revista de Administração da UFSM*, 5(3).
- Butler, J. (1998). Fundamentos contingentes: o feminismo e a questão do “pós-modernismo”. *Cadernos Pagu*, 11.
- Caproni Neto, H. L., & Saraiva, L. A. S. (2015). Estigma na Trajetória Profissional de uma Travesti. *TPA-Teoria e Prática em Administração*, 4(2).
- Carrieri, A. P., Souza, E. M., & Aguiar, A. R. C. (2014). Trabalho, Violência e Sexualidade: estudo de Lésbicas, Travestis e Transexuais. *Revista de Administração Contemporânea*, 18(1).
- César, M. R. A., Duarte, A. M., & Sierra, J. C. (2013). Governamentalização do Estado, movimentos LGBT e escola: capturas e resistências. *Educação*, 36(2).
- Colares, A. F. V., & Saraiva, L. A. S. (2016). O processo de construção identitária em organizações: uma releitura sobre identidade. *Revista Alcance*, 23(4).
- Curzio, P. H. A., Altaf, J. G., & Troccoli, I. R. (2011). Vai ao Musik? A Satisfação do Cliente Gay com Serviços e Entretenimento. *REUNA*, 18(1).
- Diniz, A. P. R., de Pádua Carrieri, A., Gandra, G., & de Almeida Bicalho, R. (2013). Políticas de diversidade nas organizações: As relações de trabalho comentadas por trabalhadores homossexuais. *Revista Economia & Gestão*, 13(31).
- Eccel, C. S., Saraiva, L. A. S., & Carrieri, A. P. (2015). Masculinidade, autoimagem e preconceito em representações sociais de homossexuais. *Revista Pensamento Contemporâneo em Administração*, 9(1).
- Facchini, R., & França, I. L. (2009). De cores e matizes: sujeitos, conexões e desafios no Movimento LGBT brasileiro. *Sexualidad, Salud y Sociedad-Revista Latinoamericana*, (3).
- Facchini, R. (2005). *Sopa de letrinhas?: movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90*. Rio de Janeiro: Garamond.
- Facchini, R. (2012). Entre compassos e descompassos: um olhar para o "campo" e para a "arena" do movimento LGBT brasileiro. *Bagoas - Estudos gays: gêneros e sexualidades*, 3(04).
- Fournier, V., & Grey, C. (2000). At the Critical Moment: Conditions and Prospects for Critical Management Studies. *Human Relations*, 53(1).
- Garcia, A., & Souza, E. M. D. (2010). Sexualidade e trabalho: estudo sobre a discriminação de homossexuais masculinos no setor bancário. *Revista de Administração Pública*, 44(6).
- Gedro, J. (2010). Understanding, designing, and teaching LGBT issues. *Advances in Developing Human Resources*, 12(3).

- Hayfield, N., Clarke, V., & Halliwell, E. (2014). Bisexual women's understandings of social marginalisation: 'The heterosexuals don't understand us but nor do the lesbians'. *Feminism & Psychology*, 24(3).
- Irigaray, H. A. R., Saraiva, L. A. S., & de Pádua Carrieri, A. (2010). Humor e Discriminação por Orientação Sexual no Ambiente Organizacional. *Revista de Administração Contemporânea*, 14(5).
- Irigaray, H. A. R., & Freitas, M. E. (2011). Sexualidade e organizações: estudo sobre lésbicas no ambiente de trabalho.. *Organizações & Sociedade*, 18(59).
- Jennings, R. (2004). Lesbian voices: The Hall Carpenter oral history archive and post-war British lesbian history. *Sexualities*, 7(4), 430-445.
- Mott, L. (2006). Homo-afetividade e direitos humanos. *Revista Estudos Feministas*, 14(2).
- Muller, M. I., & Knauth, D. R. (2008). Desigualdades no SUS: o caso do atendimento às travestis é 'babado'!. *Cadernos EBAPE.Br*, (2).
- Pereira, B., & Ayrosa, E. A. T.; Ojima, S. (2006). Consumo gay: compreendendo a construção da identidade homossexual através do consumo. *Cadernos EBAPE.Br*. Rio de Janeiro, 0(2).
- Pereira, S. J. N., & Ayrosa, E. A. T. (2012a). Corpos consumidos: cultura de consumo gay carioca. *Organizações & Sociedade*, 19(61).
- Pereira, S. J. N., & Ayrosa, E. A. T. (2012b). Between Two Worlds: an Ethnographic Study of Gay Consumer Culture in Rio de Janeiro. *Brazilian Administration Review*, 9(2).
- Renn, K. A. (2010). LGBT and queer research in higher education: the state and status of the field. *Educational Researcher*, 39(2).
- Scott, J. W. (1986). Gender: A useful category of historical analysis. *The American Historical Review*, 91(5).
- Silva, A., Furtado, G., Lima, T. C., Ferraz, S., & Cabral, A. C. (2013). Sentido do Trabalho e Diversidade: um Estudo com Homossexuais Masculinos. *Revista ADM. MADE*, 17(2).
- Silva, J. P., & Leite, Y. V. P. (2014). Reações do consumidor gay: a influência do ambiente de hotéis. *Revista Ciências Administrativas*, 16(1).
- Siqueira, M. V. S., & Zauli-Fellows, A. (2010). Diversidade e identidade gay nas organizações. *GESTÃO. Org-Revista Eletrônica de Gestão Organizacional*, 4(3).
- Souza Júnior, A. A, Cerquilho, K. G., Nogueira, R. J. C. C., & Melo, D. R. A.. (2013). Aspectos da dominação masculina no assédio moral ao profissional homossexual no polo industrial de Manaus. *Pensamento & Realidade*, 28(1).

Souza, E. C. P., Martins, C. B., & de Souza, R. B. (2015). As representações sociais de secretários executivos gays: questões de gênero e diversidade no trabalho. *Revista Gestão & Conexões*, 4(1).

Souza, E. M., & Pereira, S. J. N. (2013). (Re) produção do heterossexismo e da heteronormatividade nas relações de trabalho: a discriminação de homossexuais por homossexuais. *RAM. Revista de Administração Mackenzie*, 14(4).

Tirelli, C. (2011). Consumo de entretenimento noturno por casais gays. *Revista Pensamento Contemporâneo em Administração*, 5(2).

ⁱ Com exceção dos bissexuais, pois não há pesquisa brasileira em Administração publicada sobre o grupo.